

HABEAS CORPUS Nº 497.096 - MG (2019/0065189-4)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : HELTON DOUGLAS GONÇALVES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : HELTON DOUGLAS GONCALVES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, impetrado de próprio punho por **HELTON DOUGLAS GONCALVES**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Sustenta o impetrante-paciente, em suma, sofrer constrangimento ilegal porque, embora tenha justificado sua saída da Comarca de Frutal/MG, para vender frutas com sua família em Iturama/MG, foi-lhe aplicada a regressão de regime em incidente de apuração de falta grave.

Em atenção à ampla defesa e ao contraditório, foi dada vista à d. Defensoria Pública (fls. 94-96).

Posteriormente à instrução do feito, a d. Defensoria Pública **pediu o não conhecimento da impetração**, sob a justificativa (fls. 126-128): "*Verifica-se das informações prestadas pelo d. magistrado (e-STJ 114/120) que a defesa do paciente foi devidamente intimada da decisão que reconheceu falta grave e regrediu o seu regime de pena, bem como que seu i. causídico deixou transcorrer in albis o para apresentação de recurso de agravo, entendendo pela posterior apresentação de habeas corpus contra a r. decisão, razão pela qual a Defensoria Pública não vislumbra, na espécie, constrangimento ilegal a ser sanado de pronto por esse Colendo Superior Tribunal de Justiça*".

Liminar **indeferida** (fls. 30-31).

As informações foram prestadas, às fls. 39-52, 61-69, 70-90 e 114-121.

O d. **Ministério Público Federal** manifestou-se pelo **não**

conhecimento, no r. parecer de fls. 130-131.

É o relatório.

Decido.

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

No caso, verifica-se que o **habeas corpus** não comporta conhecimento por **ausência de interesse de agir (fls. 126-128)**.

Ante o exposto, **não conheço do presente habeas corpus**, nos termos do art. 34, IX, XVIII, "a" e XX, do RISTJ.

P. I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator